

Eu acompanho a avaliação escolar do meu filho. E você?

Aprendizagem: acompanhe esse processo

A Secretaria do Estado da Educação tem se proposto a analisar e acompanhar os índices de aproveitamento da aprendizagem e da evasão escolar. É importante destacar que este acompanhamento é realizado por todos os departamentos da SEED. Contudo, haja vista a demanda de análise de todos os índices que avaliam o trabalho pedagógico, a Diretoria de Políticas e Programas Educacionais, através da Coordenação de Planejamento e Avaliação e da Coordenação de Gestão Escolar, neste momento histórico se propuseram a sistematizar as formas de acompanhamento da aprendizagem escolar.

Ressalta-se que a análise destes dados possibilitou à SEED, não somente priorizar ações que se destinam a avaliar os condicionantes sobre a aprendizagem, como também sistematizar alguns dos instrumentos que viabilizem este acompanhamento.

É importante destacar, com estes fins, que avaliar o ensino-aprendizagem pressupõe necessariamente avaliar todos os envolvidos com a prática pedagógica. É sabido que a aprendizagem escolar é condicionada por diversos fatores que passam pelas possibilidades sociais, econômicas, culturais do aluno, incluindo a prática pedagógica da escola. Isto implica que ao avaliar a aprendizagem discente está se avaliando a prática docente, a gestão e o currículo escolar, as políticas públicas, as políticas de formação continuada, bem como o próprio sistema de ensino em sua totalidade.

Para efeitos desta análise, interessa destacar que alguns instrumentos de planejamento de ações da escola, dentre eles o PDE escola, ofereceram-nos mais elementos para avaliar os principais estreitamentos indicados pelas escolas sobre sua prática pedagógica.

O levantamento dos dados indicados pelas próprias escolas, a partir do PDE-Escola¹, possibilitou perceber que a gestão escolar foi um dos elementos, mas não o único, a ser avaliado pela escola como condicionante da qualidade escolar, expressando-se em grande medida pela (pouca) participação dos pais na vida escolar dos filhos e pela insuficiência, ou mesmo inexistência, da organização dos conselhos de escola como o órgão máximo de gestão escolar.

O que se tem em termos de diagnóstico é que do total de 77 características apontadas no instrumento como indicadores do desempenho e qualidade escolar, as 14 primeiras que atribuíram a escala “nunca” referem-se em alguma medida à gestão. Das 14 características, 9 delas apontam a fragilidade da participação da comunidade na escola ou responsabilizam a família pelo desempenho escolar dos filhos. Destas 14, apenas 3 referem-se à metodologia ou a organização do trabalho da escola sendo elas: 40%: professores não propõem atividades fora da escola; 33%: escola não participa de atividades da comunidade e 13%: alunos não avaliam professores. Ou seja, 67,5% das 112 escolas que aplicaram o instrumento indicaram que as principais dificuldades estão na falta de conversas no ambiente doméstico, 61% responsabilizaram os pais pela baixa qualidade de ensino, por estes não acompanharem os filhos nas atividades escolares, 45% das escolas indicam que o problema está no fato de que os pais não procuram as escolas, 25% revelam que os pais sequer sabem quem é o presidente do Conselho Escolar, bem como não há reuniões promovidas por esta instância de gestão e, para 36,30% das escolas, os pais não se envolvem com a escola².

A análise destes dados nos traz reflexões importantes que passam pelas (im)possibilidades concretas de participação dos pais, haja vista o contraditório cenário das questões sociais, como, por outro lado, pela própria gestão escolar que se supõe democrática.

¹ O referido programa ocorre nacionalmente e, por meio dele, são selecionadas escolas públicas com os mais baixos IDEB de cada estado. No Paraná, no ano de 2008 foram selecionadas 112 escolas, e em 2009 foram contempladas 149 escolas estaduais.

² FANK, OLIVEIRA E TAQUES, O Programa Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) como mais um instrumento de planejamento para as escolas públicas estaduais do Paraná.

Portanto, a falta de cultura de participação dos pais, ou seja, a cultura da democracia no interior da escola, tomada na sua maior expressão pelo papel do Conselho Escolar, foi e tem sido uma das maiores dificuldades indicadas pelos estabelecimentos de ensino.

Outro dado analisado, foi o levantamento anual das fichas do Programa FICA - Ficha de Comunicação do Aluno Ausente, as quais objetivam oferecer um diagnóstico sobre os principais condicionantes da evasão escolar, em especial suscitar encaminhamentos para trazer e incluir o aluno na escola, e também indicam a necessidade de algumas análises e revisões do programa.

No ano de 2005 a FICA foi criada como parte do Programa de Mobilização para a inclusão Escolar e a Valorização da vida. Este programa contou em primeira instância com a possibilidade de integração dos diversos segmentos sociais numa rede de Inclusão que se propôs ao combate à evasão. Contudo, o programa aos poucos acabou, de certa forma, a ser expressado pela própria ficha, correndo o risco em ser reduzido a ela. Hoje vemos que o processo de encaminhamento da FICA nos indica a necessidade de algumas análises e revisões do programa. Em primeira instância é preciso compreender a FICA como algo para além da ficha. Ela deve se constituir num programa de ações que visam o enfrentamento da evasão. Contudo, para este enfrentamento é necessário ter claro os reais condicionantes da evasão escolar que estão postos em questões sociais, econômicas, culturais, psicológicas e pedagógicas.

O preenchimento muitas vezes mecânico das fichas não tem permitido revelar de forma concreta a natureza dos motivos da evasão escolar. Por outro lado não podemos abrir mão deste importante instrumento sobre o qual é possível fazer os diagnósticos da evasão. É claro que se faz necessário pontuar que o FICA não pode se limitar às fichas, mas elas foram um dos meios tomados como indicativo da evasão escolar. Os levantamentos realizados em 2007, 2008 e 2009 indicaram que a “defasagem idade série”, a “desmotivação”, a “indisciplina”, bem como a “repetência”³ foram destacadas

³ No anexo III da cartilha em uso do programa FICA, consta uma listagem dos motivos das faltas. Os mesmos aparecem categorizados em relação a dificuldades com: família, aluno, escola, ausência de políticas públicas. Porém, já existe proposição de reconstrução do referido instrumento.

pela escola como principais motivos da evasão escolar .

Sobretudo, além destes levantamentos, os casos de aprovação por conselhos de classe foram tomados como referência para se pensar um trabalho sistemático que pudesse levar toda a comunidade escolar a refletir sobre a aprendizagem.

A partir do momento em que todos nós tivermos clareza de que a função social da escola está em possibilitar ao aluno o acesso ao conhecimento e que este é a via de emancipação humana e social, estaremos sim preocupados com a aprendizagem efetiva. Talvez para os alunos da escola pública este seja o melhor ou quem sabe, para alguns, o único meio de acesso ao conhecimento de forma organizada. É este conhecimento que lhe possibilitará compreender o mundo em suas contradições e, à luz da história dos homens, mover esforços para mudar sua prática social.

Contudo, este papel só será alcançado se todos coletivamente se sentirem responsáveis pela escola, pela sociedade, pelos alunos e pela aprendizagem. Para isto, é indispensável conceber a escola como espaço incondicional de socialização do conhecimento e de instrumentalização da comunidade escolar.

Deste modo, destacam-se dois fatores importantes:

- A participação dos pais no acompanhamento da aprendizagem, considerando suas condições concretas e objetivas, situadas nas contradições sociais, que condicionam esta possibilidade de acompanhamento.
- O papel da escola na promoção desta aprendizagem a partir da clareza de sua função social, dos instrumentos e critérios de avaliação, dos processos de ensino e aprendizagem e da própria prática pedagógica.

Conforme já destacado, estes fatores não serão, nesta oportunidade, explorados, mas este material tem por objetivo fazer um esforço de sistematizar alguns dos instrumentos que possibilitam acompanhar a aprendizagem, a qual se expressa em outras formas de avaliação, dentre elas a avaliação docente e institucional.

A reflexão que se faz é: se uma das insuficiências da prática pedagógica, indicada pelas escolas, é a participação dos pais, será que estão sendo disponibilizadas as informações que possibilitam este acompanhamento? De

que forma a gestão concebida como democrática, e presente nos Projeto Político-Pedagógico das escolas, se manifesta na prática escolar? Os pais sabem que a participação deles não é uma concessão, mas um direito na escola pública? Que espaços a escola promove para estes fins? Os pais são

chamados na escola para receber resultados ou para participar da tomada de decisões pedagógicas? Eles conhecem os critérios de avaliação estabelecidos pelo professor e presentes na proposta pedagógica? Enfim, minimamente, eles sabem como acompanhar a aprendizagem do(a) filho(a) e que instrumentos são usados para isso?

Concebendo o papel da escola na socialização do conhecimento, a Campanha de Mobilização para Aprendizagem Escolar tem unicamente este objetivo: ***Instrumentalizar os pais e toda a comunidade escolar para saber como acompanhar a avaliação da aprendizagem do aluno, do sistema, da escola, dos professores, uma vez que a apropriação não prescinde da clareza de que a aprendizagem é fruto de múltiplos determinantes e todos devem ser avaliados.***

Neste sentido, a comunidade escolar será chamada na escola para receber esta instrumentalização. Esta ação, neste momento, antecede a realização de um dos instrumentos de avaliação utilizados pelo MEC como indicador da aprendizagem escolar, a PROVA BRASIL. É importante destacar que este instrumento jamais pode ser utilizado para classificar os estabelecimentos de ensino e também há de levar em conta que se trata de mais um instrumento de avaliação. Contudo, ele traz alguns critérios importantes para se acompanhar o desempenho em conhecimentos matemáticos e na língua materna. Ressalta-se que a avaliação e a aprendizagem são processos. Mas, ainda que se conceba desta forma, há que se ter um momento pontual para esta reflexão, no qual se pressuponha um debate sistematizado com a comunidade escolar sobre avaliação.

Esta instrumentalização será antecedida por reuniões com os Núcleos Regionais de Educação e destes com a equipe diretiva e pedagógica da escola. Para divulgação da campanha de mobilização serão disponibilizados

diferentes materiais: folderes, faixas e adesivos, com o objetivo de chamar a atenção da comunidade escolar sobre seu papel neste processo.

Lembrando Barroso (BARROSO, João)⁴ toda autonomia é conquistada e não decretada. Analogamente, toda democracia é conquistada também, mas, só será efetiva quando houver conhecimento de que ela é direito e não concessão. A instrumentalização da comunidade escolar é via para se consolidar uma cultura democrática no âmbito da escola, a qual foi e tem sido destacada como um dos princípios da SEED para aprendizagem de fato.

Curitiba, 22 de outubro de 2009.

DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS

COORDENAÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR

⁴ BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In BARROSO, João (org.) O estudo da escola. Porto: Porto. 1996

EU ACOMPANHO A AVALIAÇÃO DO(A) MEU(A) FILHO(A). E VOCÊ?

APRENDIZAGEM: ACOMPANHE ESSA IDEIA!

AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

O que é?

Avaliar é analisar a prática pedagógica de todos os envolvidos, com o objetivo de corrigir rumos e repensar situações para que a aprendizagem ocorra. Ao avaliar a aprendizagem dos alunos está se avaliando a prática dos professores, a gestão e o currículo escolar, bem como o próprio sistema de ensino como um todo.

A avaliação não se reduz aos instrumentos de avaliação:

Os instrumentos de avaliação são os meios e recursos utilizados para se alcançar determinado fim, de acordo com os encaminhamentos metodológicos e em função dos conteúdos e critérios estabelecidos para tal. O importante é destacar que este fim não é a aquisição pura e simples de conhecimento, mas o seu processo de (re)elaboração e as ações a que conduz os alunos em relação a uma prática social, tendo em vista a própria condição humana.

Não existem poucos instrumentos de avaliação (provas, seminários, trabalhos, exposições orais e escritas, etc), o que existe talvez, seja a sua inadequação quanto ao uso. Muitas vezes os professores utilizam metodologias de ensino sem perceber que, ao mesmo tempo em que se dão os encaminhamentos para efetivá-las, a avaliação já pode estar acontecendo sem que seja preciso primeiro aplicar a técnica para ao seu final avaliá-la. Todo processo de avaliação pressupõe clareza nos seus critérios.

Os instrumentos são a mesma coisa que os critérios de avaliação?

Ao remetermo-nos aos critérios de avaliação estes são compreendidos como um referencial que gera parâmetros que devem ser previamente estabelecidos e descritos na Proposta Pedagógica Curricular e no

7

Plano de Trabalho Docente. Estes devem ser conhecidos pelos alunos, favorecendo a transparência, a orientação do trabalho discente e a co-responsabilidade do aluno no processo de aprendizagem. Portanto, remete-nos a compreender que os critérios, instrumentos, forma e conteúdo caminham numa mesma perspectiva.

Sendo assim, os critérios de avaliação devem revelar na sua prática a relação coerente com as Diretrizes Curriculares, o Projeto Pólitico Pedagógico -PPP e o estabelecido no Plano de Trabalho Docente. Os critérios de avaliação devem ser previamente elaborados pelo professor a partir dos conteúdos estruturantes e específicos, propostos no Plano de Trabalho Docente, apresentados aos discentes, e, se necessário adequá-los às necessidades educativas apresentadas no decorrer do processo.

Quem define como avaliar?

A avaliação dentro do Plano de Trabalho Docente deve estar em consonância com o Sistema de Avaliação definido pelo coletivo da escola. Uma vez exposto na Proposta Pedagógica deve ser regimentada.

O professor, portanto, ao elaborar o seu Plano de Trabalho Docente deve considerar a avaliação como parte inerente ao processo de ensino e aprendizagem. A mesma deve ser realizada em função dos conteúdos e ser coerente com os pressupostos e metodologias da disciplina.

E a recuperação?

De acordo com Vasconcellos (2003) a Recuperação de Estudos consiste na retomada de conteúdos durante o processo de ensino e aprendizagem, permitindo que todos os alunos tenham oportunidades de apropriar-se do conhecimento historicamente acumulado, por meio de metodologias diversificadas e participativas.

No cotidiano escolar, ouvimos muitas vezes a expressão: recuperamos o conteúdo. Cabe perceber que esta expressão pode revelar a perda de parte do sentido do processo. Não recuperamos o que não adquirimos, portanto a afirmação recuperamos conteúdos, está intrinsecamente ligado ao ensino. A recuperação, diz respeito a um processo de ensino que

precisa ser revisto, a luz das condições daquele que não aprendeu (educando).

A recuperação de estudos, portanto concomitante ao processo letivo, tem por lógica pedagógica recuperar os conteúdos não apropriados e não os instrumentos de avaliação. Ou seja, os diferentes instrumentos de avaliação serão vias para perceber os conteúdos que não foram apreendidos e que deverão ser retomados no processo de recuperação de estudos. Como ocorre este processo?

Ele é concomitante e ocorre de duas formas:

1 - A retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação.

2 - A reavaliação do conteúdo já retomado em sala. “Um não nega o outro”.

Base Legal:

Lei de diretrizes e Bases da Educação n ° 9394/96

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

(...)

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

(...)

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

(...)

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao

período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Como acompanhar? Quais são os resultados da escola? Quais são os encaminhamentos necessários?

Para saber o rendimento dos alunos, existe periodicamente (bimestral, trimestral ou semestral) a entrega de boletins. Neste instrumento constam as notas do aluno e o número de faltas. É importante saber quais os critérios e instrumentos utilizados pela equipe docente para chegar a tais resultados, por isso, os pais/responsáveis devem procurar a equipe pedagógica e agendar um horário com os professores. Neste período, os mesmos apresentarão o Livro Registro de Classe, no qual consta o rendimento do aluno durante o período e também, o Plano de Trabalho Docente, no qual constam os critérios de avaliação deste período.

Porém, não é necessário esperar a entrega de boletins para ter ciência do rendimento do aluno, procure a escola quando e quantas vezes achar necessário, isso é um direito, e antes de tudo, um dever dos pais/responsáveis.

Caso queira saber sobre o sistema de avaliação e os critérios da escola, procure a equipe pedagógica que ela apresentará o que há registrado no Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica Curricular da escola. Caso, não concorde com algo lá disposto, peça uma reunião com o Conselho Escolar.

CONSELHO DE CLASSE

O que é?

É um órgão colegiado e uma instância avaliativa que analisa, discute e delibera sobre os processos de ensino e aprendizagem nos estabelecimentos de ensino

É um organismo colegiado, constituído no espaço escolar, que prioriza a discussão pedagógica em torno dos processos de ensino, de aprendizagem e de avaliação. É mais do que uma reunião pedagógica, é parte integrante do processo de avaliação desenvolvido pela escola. É o momento privilegiado para redefinir práticas pedagógicas com o objetivo de superar a fragmentação do trabalho escolar e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente garantam a todos os alunos a aprendizagem.

Como se organiza?

O Conselho de Classe pode se estruturar a partir de três dimensões:

- **O Pré-conselho de Classe:** este procedimento se configura como oportunidade de levantamento de dados, os quais, uma vez submetidos à análise do colegiado, permitem a retomada e redirecionamento do processo de ensino, com vistas à superação dos problemas levantados e que não são privativos deste ou daquele aluno ou desta ou daquela disciplina. É um espaço de diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem, mediado pela equipe pedagógica, junto com os alunos e professores, ainda que em momentos diferentes, conforme os avanços e limites da cultura escolar. Não se constituem em ações privativas, implicam em decisões tomadas pelo grupo/coletivo escolar
- **O Conselho de Classe:** quando os professores se reúnem em Conselho (grande grupo), são discutidos os diagnósticos e proposições levantados no pré-conselho, estabelecendo-se a comparação entre resultados anteriores e atuais, entre níveis de aprendizagem diferentes nas turmas e não entre alunos.

A tomada de decisão envolve a compreensão de quais metodologias devem ser revistas e que ações devem ser empreendidas para

estabelecer um novo olhar sobre a forma de avaliar, a partir de estratégias que levem em conta as necessidades dos alunos. A forma como as reuniões são previstas no calendário levam em conta este modelo de Conselho do qual falamos e não aquele que simplesmente legitima o fracasso a partir da sua constatação. A escola tem autonomia para se organizar e realizar reuniões pedagógicas ao longo do ano, desde que, previstas em calendário.

- **O Pós-conselho de classe:** traduz-se nos encaminhamentos e ações previstas no Conselho de classe propriamente dito, que podem implicar em: retorno aos alunos sobre sua situação escolar e as questões que a fundamentaram (combinados necessários); retomada do plano de trabalho docente no que se refere à organização curricular, encaminhamentos metodológicos, instrumentos e critérios de avaliação; retorno aos pais/responsáveis sobre o aproveitamento escolar e o acompanhamento necessário, entre outras ações. Todos estes encaminhamentos devem ser registrados em ata.

Quais são os encaminhamentos necessários?

Uma vez que a avaliação envolve, tanto a aprendizagem do aluno quanto a própria ação de ensinar do professor, é possível estabelecer uma relação a partir da própria organização do conselho de classe, a qual deve abranger:

- organização das reuniões e momentos de articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de avaliação escolar. Faz parte da organização do trabalho pedagógico e é responsabilidade direta de pedagogos, direção e professores;
- A auto-avaliação do professor;
- A auto-avaliação da equipe pedagógica;
- A análise diagnóstica das turmas;
- A discussão, a tomada de decisões e o registro das propostas de ação pedagógica, estabelecidas coletivamente, e a responsabilidade de todos os sujeitos do processo educativo por colocá-las em prática.

O fundamental é compreender que o Conselho de Classe é muito mais complexo que a simples retrospectiva do comportamento e notas do aluno no decorrer do período (mês, bimestre, trimestre, etc.), e que, neste espaço, tornam-se possíveis as mudanças, ainda que pequenas e gradativas, mas que sigam uma mesma direção. Expressa-se aqui, a intencionalidade do ato educativo, que requer competência profissional, reflexão crítica sobre a prática, comprometimento com a aprendizagem do aluno, sem que isso signifique, como afirma Paulo Freire, excluir a *“afetividade e a alegria”* do processo educativo.

Quais os critérios?

No processo de organização do Conselho de Classe é necessário considerar a definição de critérios, os quais devem ser qualitativos e não quantitativos, e que sustentam a função deliberativa e orientam a prática pedagógica. É importante ressaltar que as discussões no Conselho de Classe final, as quais são mediadas pela equipe pedagógica, bem como respaldadas e presididas pela direção escolar devem, por sua vez, se sustentar sobre alguns parâmetros (critérios qualitativos):

- Avanços obtidos na aprendizagem;
- Trabalho realizado para que o aluno melhore a aprendizagem;
- Desempenho do aluno em todas as disciplinas;
- Acompanhamento do aluno no ano seguinte;
- Situações de inclusão;
- Questões estruturais que prejudicam os alunos (ex. Falta de professores sem reposição);
- Não há nota mínima estabelecida: todos os alunos que não atingiram média para aprovação devem ser submetidos à análise e decisões do Conselho;
- Não há número de disciplinas para aprovar ou reprovar. Mesmo que o aluno tenha sido reprovado em todas as disciplinas o que está em análise é sua possibilidade de acompanhar a série seguinte;

- Questões disciplinares não são indicativos para reprovação. A avaliação deve priorizar o nível de conhecimento que o aluno demonstra ter e não suas atitudes ou seu comportamento;

Ter sido aprovado em conselho de classe no ano anterior não quer dizer que não possa ser novamente aprovado no ano seguinte. A análise, nestes casos, deve voltar-se às ações e ao acompanhamento pedagógico deste aluno que não foram efetivos de modo a mudar os encaminhamentos para que o aluno tivesse oportunidade de outras formas de entendimento dos conteúdos;

Qual é a base legal?

LDBEN Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PARECER Nº 12/1997 - Conselho Nacional de Educação

DELIBERAÇÃO Nº 007/ 99 - Conselho Estadual de Educação

DELIBERAÇÃO Nº 014/ 99 - Conselho Estadual de Educação

DELIBERAÇÃO Nº 002/ 2002- Conselho Estadual de Educação

Resolução e Instrução específicos do Calendário Escolar, editada anualmente pela SEED – Secretaria de Estado da Educação;

REGIMENTO ESCOLAR DO ESTABELECIMENTO

Em que momento ocorre?

- Considerando o aspecto legal: As datas para reunião do colegiado devem ser previstas no calendário escolar de acordo com a organização do estabelecimento (bimestral, trimestral, semestral, por Blocos).
- No período destinado à hora atividade dos professores, juntamente com a equipe pedagógica Pré-Conselho e Pós-conselho
- Em sala de aula juntamente com alunos – Pré-conselho e Pós-conselho
- Em reuniões convocadas especificamente com esta finalidade juntamente com pais e/ou responsáveis e também com funcionários.

Quem são os sujeitos envolvidos?

De acordo com o projeto Político Pedagógico e considerando os limites e avanços da comunidade escolar em relação à democratização do ensino, o Conselho de Classe pode ser Participativo, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar: alunos, família, professores, equipe pedagógica, equipe de direção, agentes educacionais. A organização dependerá da construção coletiva desse processo no estabelecimento.

Como acompanhar?

É um direito de todos ter acesso aos documentos e registros escolares que indicam os resultados do desempenho de alunos obtidos ao longo do ano letivo. Cabe aos responsáveis pelos alunos exercer esse direito plenamente, bem como participar das decisões e realizar o efetivo acompanhamento para que as ações pedagógicas promovam o melhor aproveitamento do aluno no que se refere à apropriação do conhecimento.

O acompanhamento deve considerar:

- a participação no Conselho de Classe;
- comparecer à escola nas datas agendadas para divulgação dos resultados periodicamente, conforme a organização do estabelecimento;
- estar presente sempre que convocado ou convidado pela escola para tratar de assuntos referentes ao aluno;
- solicitar e ter acesso aos documentos escolares (Projeto Político Pedagógico - PPP, Proposta Pedagógica Curricular - PPC, Plano de Trabalho Docente - PTD, Regimento Escolar - RE, Livro de Registro de Classe - LRC, Plano de Ação na Escola - PAE, Boletins, entre outros) para conhecimento, reivindicações, participação na elaboração e aprimoramento.
- Pela via dos representantes das instâncias colegiadas: Conselho Escolar, APMF e Grêmios Estudantis.

Quais são os resultados da escola?

Os resultados da escola são divulgados periodicamente e são originados a partir das avaliações institucionais que podem ser Nacionais, Estaduais ou do próprio estabelecimento.

AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES

Você sabia que existe uma avaliação dos professores, pedagogos e direção das escolas públicas estaduais?

A avaliação ocorre duas vezes por ano, ou seja, semestralmente e seus critérios são:

- **PRODUTIVIDADE:** considera a qualidade e o rendimento do trabalho desses profissionais.
- **PARTICIPAÇÃO:** em eventos e atividades internas e externas da escola.
- **PONTUALIDADE:** se o profissional cumpre seu horário de trabalho.
- **ASSIDUIDADE:** verifica as faltas ao trabalho.

Qual é a base legal?

Constituição Federal/88

Art.41 - São estáveis após de três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 4º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Lei Complementar nº 103/04 - Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual da Educação Básica do Paraná.

Art.14 - A progressão na Carreira é a passagem do Professor de uma Classe para outra, dentro do mesmo Nível, e ocorrerá mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho, com normas disciplinadas mediante lei, e participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional relacionadas à Educação Básica, bem como à Formação do Professor e à área de atuação, nos termos de resolução específica.

§ 2º - A avaliação de desempenho deve ser compreendida como um processo permanente, em que o professor tenha a oportunidade de analisar a sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos para a

1

superação de suas dificuldades, possibilitando, dessa forma, seu crescimento profissional.

Quais instrumentos são utilizados para avaliar os índices de rendimento?

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Base Legal

LDB: 9394/96

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

[Portaria nº 931, de 21 de Março de 2005](#)

Portaria ministerial que institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica, composto pela Prova Brasil (Anresc) e pelo Saeb (Aneb).

[Portaria nº 69, de 4 de maio de 2005](#)

Estabelece sistemática para realização da Prova Brasil em 2005

[Portaria nº 89, de 25 de maio de 2005](#)

Estabelece sistemática para a realização do Saeb em 2005

[Portaria nº 47, de 3 de maio de 2007](#)

Estabelece sistemática para a realização da Prova Brasil e do Saeb em 2007

O que compõe este sistema?

Este sistema é composto por dois processos complementares:

- SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SAEB
- PROVA BRASIL

SAEB

- A primeira aplicação ocorreu em 1990.
- É aplicado de dois em dois anos.
- Alunos fazem prova de Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas)
- Avalia estudantes de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino

fundamental e também estudantes do 3º ano do ensino médio.

- Avalia alunos da rede pública e da rede privada, de escolas localizadas nas áreas urbana e rural.
- A avaliação é amostral, ou seja, apenas parte dos estudantes brasileiros das séries avaliadas participam da prova.
- Por ser amostral, oferece resultados de desempenho apenas para o Brasil, regiões e unidades da Federação.
- Aplicação em 2007: 5 a 20 de novembro.
- Aplicação em 2009 : 23 a 30 de novembro
- Todos os alunos do Saeb e da Prova Brasil farão uma única avaliação.

Fonte: Inep (www.inep.gov.br)

Prova Brasil

- A prova foi criada em 2005.
- Sua primeira edição foi em 2005, e em 2007 houve nova aplicação.
- A Prova Brasil avalia as habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas).
- Avalia apenas estudantes de ensino fundamental, de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos).
- A Prova Brasil avalia as escolas públicas localizadas em área urbana e rural.
- A avaliação é quase universal: todos os estudantes das séries avaliadas, de todas as escolas públicas urbanas e rurais do Brasil com mais de 20 alunos na série, devem fazer a prova.
- Por ser universal, expande o alcance dos resultados oferecidos pelo Saeb. Como resultado, fornece as médias de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da Federação, para cada um dos municípios e escolas participantes.
- Parte das escolas que participarem da Prova Brasil ajudará a construir também os resultados do Saeb, por meio de recorte amostral.

Fonte: Inep (www.inep.gov.br)

Converse com seu diretor e saiba o dia agendado para a Prova Brasil na sua escola.

O que é ENEM ?

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.

O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular.

O Ministério da Educação apresentou uma proposta de reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. A proposta tem como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

As universidades possuem autonomia e poderão optar entre quatro possibilidades de utilização do novo exame como processo seletivo:

- Como fase única, com o sistema de seleção unificada, informatizado e on-line;
- Como primeira fase;
- Combinado com o vestibular da instituição;
- Como fase única para as vagas remanescentes do vestibular.

O que é a Provinha Brasil?

- Instrumento diagnóstico para avaliar o nível de alfabetização dos alunos matriculados no segundo ano de escolarização dos anos iniciais do ensino fundamental, que tem entre seis e oito anos.
- Não é obrigatória. As redes municipais e estaduais fazem a opção pela adesão desta avaliação.

- É aplicada duas vezes ao ano: uma vez no início do ano letivo e outra no final do ano letivo.
- Os alunos respondem vinte e quatro questões objetivas (múltipla escolha) que avaliam a leitura.

O que é o Censo Escolar?

- O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.
- As unidades escolares informam os dados referentes ao ano letivo anterior até a última quarta-feira do mês de maio. Os dados do Censo são informados anualmente.
- A escola declara dados sobre os alunos, os docentes e funcionários, as turmas, a escola, além de dados sobre o rendimento e movimento escolar dos alunos.
- Os resultados obtidos no Censo Escolar sobre o rendimento (aprovação e reprovação) e movimento (abandono) escolar dos alunos do ensino Fundamental e Médio, juntamente com outras avaliações do Inep (Saeb e Prova Brasil), são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação.
- Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica?

Índice que reúne dois aspectos fundamentais para a qualidade da educação: fluxo escolar e média de desempenho das avaliações (SAEB e Prova Brasil)

Como é calculado o IDEB do Ensino Fundamental?

O indicador é calculado a partir da combinação dos dados sobre aprovação escolar – obtidos no Censo Escolar e médias do desempenho nas avaliações (SAEB e Prova Brasil).

O IDEB é calculado para cada escola, município e estado. Ressalta-se que o IDEB do Ensino Médio usa como referência os resultados do Saeb, os quais são amostrais. Assim, para este nível de ensino o indicador só pode ser calculado por Estado ou região do Brasil.

Veja o IDEB da sua escola, do seu município e de seu Estado e de sua região em: <http://portalideb.inep.gov.br>

- O Ideb é um indicador estatístico que possibilita a projeção de metas individuais. As metas são diferenciadas para todos e são apresentadas bianualmente de 2007 a 2021.
- Cada escola, município e estado tem uma meta
- A intenção é que o Brasil evolua na média do IDEB de 3,8 em 2005 para 6,0 em 2022, atinjindo a meta, na primeira fase do ensino fundamental.

Veja as metas da sua escola, do seu município e do seu estado em :
<http://portalideb.inep.gov.br>

Como tomar os resultados das avaliações na gestão da escola pública?

- Toda a comunidade escolar precisa ter conhecimento dos índices obtidos pela sua escola
- Os índices devem ser discutidos pelo Conselho Escolar, Grêmio Estudantil e Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF
- Os índices revelam apenas parcialmente os dados sobre a aprendizagem. É fundamental que o coletivo escolar discuta os seus índices

a luz dos resultados das avaliações realizadas pela escola.

- Considerando fatores internos e externos, é fundamental que o coletivo discuta quais são os principais problemas apresentados pela escola, bem como a busca das causas de tais problemas. Assim, os índices devem fomentar uma discussão e reflexão sobre as ações e a realidade de cada escola.

Como não tomar os índices?

- Para a classificação entre escolas e redes de ensino (municipal e estadual);
- Para a padronização de currículos;
- Para práticas que estimulem a competitividade entre as escolas e redes de ensino;
- Para práticas de premiação e bonificação de escolas e professores que apresentem os maiores índices, bem como para punição de escolas e sistemas que apresentem baixo IDEB;
- Como único instrumento de avaliação usado para o diagnóstico da aprendizagem.

Curitiba, 22 de outubro de 2009.

Diretoria de Políticas e Programas Educacionais

Coordenação de Gestão Escolar

Coordenação de Planejamento e Avaliação